
NO MEIO DO SERTÃO: EXPERIÊNCIA DA ESCOLA BOM JESUS DOS PASSOS COM A METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA COM O SEMI – ÁRIDO

Christiane Rocha Falcão (PPGA/UFPE)
Marluce Rocha Falcão (FDJBC)

RESUMO

Os conceitos de contextualização e diversidade cultural são pautas amplamente abordadas nas instâncias internacionais e nacionais na atual conjuntura dos direcionamentos para a disposição dos direitos humanos plenos. Tomando como grandes referências Paulo Freire e seu trabalho no Movimento de Educação de Base, e refletindo sobre a experiência do religioso Dom José Brandão de Castro no sertão sergipano, a organização não governamental Fundação Dom José Brandão de Castro realiza estudos e experiências práticas da adoção de um plano de Educação voltado para as populações camponesas, focando na especificação da Educação contextualizada com o semi-árido. A prática da proposta se concretizou com a adoção de uma instituição de ensino, a Escola Bom Jesus dos passos, como escola-modelo para a proposta de plano pedagógico idealizado pela organização. Este trabalho examina a experiência partindo de seus embasamentos teóricos e quedando-se no modelo como possível para realidades afins.

CONVIVÊNCIA

No semi-árido, onde boa parte da população ainda depende diretamente dos recursos naturais, é notório o processo de ruptura do estado de homeostasia entre o homem e o meio ambiente. Diante dessa realidade, cabe trazer alguns questionamentos cuja base reflexiva é a possibilidade de construir uma cultura de convivência com o semi-árido e essas seriam pautadas na imposição de culturas outras num ambiente de conteúdo cultural diferenciado. A partir dessa proposição, algumas instituições atuantes na região do sertão, a exemplo do IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada), passam a desenvolver ações que tenham como premissa as condições físicas proporcionadas pelas inconstâncias meteorológicas da região, compreendendo que a existência de períodos irregulares de chuva faz parte da lógica ecossistêmica do semi-árido. Alguns projetos de cunho estatal desrespeitam a realidade ambiental do lugar, provocando impactos ambientais graves, como: desertificação, salinização de solos, esgotamento e poluição dos recursos hídricos. Possivelmente, uma das primeiras ações implementadas no sentido de uma cultura de convivência com o semi-árido aconteceu no ano de 1993. Terceiro ano de uma seca iniciada em 1990, diante da falta de perspectivas de melhoras, alguns movimentos sociais ocupam o prédio da Sudene. A partir dali, um intenso debate

sobre os problemas do semi-árido se iniciou resultando na elaboração do documento propositivo intitulado “Programa de Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste Semi-Árido”. A grande maioria dos projetos passa ainda por uma fase experimental, mas correspondem sempre a alguns eixos temáticos: a) produção de alimentos voltada para a segurança alimentar das famílias de agricultores familiares; b) valorização do conhecimento tradicional que no passado permitiu a convivência com o semi-árido, como o manejo da caatinga, cisternas de placas, barragens subterrâneas; c) desenvolvimento de práticas identitárias que valorizem o sentimento de pertence e integração da população ao semi-árido. A questão ambiental só muito recentemente começou a ser uma bandeira dos movimentos sociais no campo. Está associada, de modo geral, às condições de sobrevivência de alguns grupos específicos que abordam a questão de maneira crítica, fornecendo elementos de se construir uma normatividade social. A mobilização das comunidades locais em defesa do seu espaço é a forma de ação ambiental, é política que mais se desenvolveu na última década do século XX no Brasil e no mundo. A proposta de convivência se desenvolve a partir dessa perspectiva ambiental. A idéia central em torno da proposta elaborada pela sociedade civil, de convivência com o semi-árido, reside em compreender os fenômenos climáticos e geofísicos como um dado natural recorrente, isto é, como uma condição natural. Partem, portanto, do pressuposto de que para isso, é preciso conhecer, aprender e reaprender a conviver com a sua lógica ecossistêmica. Sua proposta básica é encontrar a sustentabilidade no semi-árido através da convivência, o que implica necessariamente promover mudanças substanciais que incluem transformações na estrutura social e nos padrões de produção nos valores e no consumo. Inclui a busca pela identidade coletiva e comunitária em torno desse novo sistema de representação da idéia de natureza que passa por um processo denominado de aprendizagem social. Leff (2000) chama de pedagogia da complexidade o processo pelo qual se compõe um processo dialógico que ultrapassa a pura racionalidade construída sobre um possível consenso de sentidos e verdades. Ela surge da necessidade de orientar a Educação para o contexto social e para a realidade ecológica e cultural, onde estão situados os sujeitos e atores do processo educativo. Nela o “aprendiz” enxerga o mundo como potência e possibilidade, entende a realidade como construção social mobilizada por valores, interesses e utopias. (Leff, apud Gadotti, 2000: 89). A atitude de contextualizar e globalizar, segundo Morin (2002), é uma qualidade fundamental do espírito humano que o ensino parcelado atrofia e que ao contrário disso deve ser sempre desenvolvida. O conhecimento pertinente é aquele que é capaz de situar toda a informação em seu contexto e, se possível, no conjunto global no qual se insere. Pode-se dizer ainda que o conhecimento progride principalmente não por sofisticação e abstração mas pela capacidade de contextualizar e globalizar. É a reforma do pensamento que permite o emprego total da inteligência é aquela que produz um “pensamento do contexto e do complexo”. O pensamento contextual

busca sempre a relação de inseparabilidade e inter-retroações de todo fenômeno com seu contexto e de todo contexto com o contexto planetário. O complexo requer um pensamento que capte as relações inter-relações e implicações mútuas, os fenômenos multidimensionais, as realidades simultaneamente solidárias e conflitivas; um pensamento que respeite a diversidade, ao mesmo tempo em que respeite a unidade; um pensamento organizador que conceba a relação recíproca de todas as partes.

Assim, pois,

“há uma ligação de circularidade entre esses imperativos interdependentes: 1. Reproblematização dos princípios do conhecimento e problematização daquilo que aparentava ser a solução; 2. Reforma do pensamento por um pensamento complexo capaz de ligar, contextualizar e globalizar” (Morin, 2000:14)

A pedagogia da convivência pressupõe complementaridade e interdependência. É um processo educativo orgânico integrado às condições do tempo e do espaço, uma experiência que atinge a vida de modo integral, podendo através do processo vivencial alterar ou mudar o contexto. O conhecimento, para Morin (2000) só tem sentido quando situado no contexto, ou seja, faz-se necessário situar informações e dados no contexto para que esses adquiram sentido. A ausência da contextualização para o autor torna o processo cognitivo insuficiente. Em seguida esta mesma linha interpretativa nos diz que “todas as condutas se aprendem, e são aprendidas em um ambiente e todos os ambientes têm capacidade de educar se soubermos percebê-los e nos relacionar com eles significativamente.” A proposta de aprender a conviver com o semi-árido trabalha o sentido das coisas a partir do cotidiano. Opera a dimensão comunitária através da atuação no nível micro, onde é possível desenvolver novas perspectivas para a reapropriação subjetiva da realidade e abrir um diálogo entre o conhecimento e os saberes tradicionais. Neste sentido, mesmo que a noção de “Educação para Convivência com o Semi-Árido” goze de alguma indefinição ou de uma pluralidade de sentidos, esta já está inserida numa linguagem reconhecida entre muitos atores coletivos que apontam que a educação não pode estar desconexa de seu contexto real. O nosso problema aqui será o de tentar uma caracterização da noção de educação para a convivência com o semi-árido brasileiro, situando-a em um tripé fundamental: a) a questão contextualização/descolonização do ensino; b) a questão da noção de convivência na perspectiva do desenvolvimento sustentável do SAB; c) o fato de que tais questões implicam na produção de outra racionalidade (Pinzoh, 2004). Contextualizar seria, nesse sentido, esta operação mais complicada e descolonizadora. Kuster e Matos afirmam que a proposta de Educação no Contexto do Semi-Árido não é a solução total para a descontextualização das políticas públicas no semi-árido:

“... a preocupação em dizer que a Educação Contextualizada não é nenhuma receita de bolo ou panacéia para resolver todos os males de desenvolvimento local para o semi-árido, tem um papel fundamental, sobretudo porque sua prática procura alertar, alterar a visão de mundo e a representação social sobre o semi-árido, transformando a idéia de lócus de miséria, chão rachado do seu projeto educativo associado a um projeto de sociedade que contemple uma relação mais saudável, equilibrada e sustentável entre o mundo do eu, o mundo das coisas e dos homens.” (Kuster & Matos, 2004)

Segundo o artigo 28 da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, deverá ser ofertada a educação básica para a população rural; os sistemas de ensino promoverão as adaptações imprescindíveis a sua adequação, as peculiaridades da vida rural e de cada região especialmente; conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesse dos alunos da zona rural; a organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; adequação à natureza do trabalho na zona rural. Nos últimos dez anos, organizações não governamentais que atuam no semi-árido brasileiro vêm desenvolvendo um trabalho de educação dentro da perspectiva de convivência com o semi-árido. No início, as ações eram independentes e desenvolvidas separadas do âmbito governamental e da esfera formal. Com o passar do tempo, entretanto, e com o amadurecimento da proposta, iniciou-se trabalho de parcerias entre Secretarias Municipais de Educação, movimentos sociais e universidades, a exemplo a Secretaria Municipal de Educação de Curaçá na Bahia, onde foi elaborada a Proposta Política e Pedagógica intitulada “Educação com o pé no chão do sertão” dos professores Josemar da Silva Martins e Aurelene Rodrigues Lima da UNEB/IRPAA. Para a discussão da Educação Contextualizada foi criada a Rede de Educação do Semi-Árido (RESAB), que surge no ano 2000 como resultado do I Seminário de Educação para o Semi-Árido, que decidiu dar continuidade a encaminhamentos para uma Educação Oficial adequada às peculiaridades ambientais e socioculturais da região, e estruturar uma Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro. A experiência mostrou que o processo ensino-aprendizagem pode se apropriar e se abastecer dos conhecimentos de convivência com o ecossistema a fim de promover uma maior identificação entre o educando e o meio em que vive. A Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB) vem atuando em onze estados do semi-árido em torno da noção de “Educação para Convivência”. Tal noção se configuraria como uma perspectiva de qualificação de ações educativas que não pretendem o ineditismo, mas que vêm orientadas pelas práticas variadas no campo da educação que se desdobram no semi-árido brasileiro (SAB), especialmente no setor não governamental. Especialmente no âmbito não governamental e em setores rurais, em vários pontos do SAB, esta perspectiva tem inclusive alcançado até outras áreas de atuação política, como as

políticas de recursos hídricos, de combate à desertificação e de fomento ao desenvolvimento rural local sustentável, inclusive porque tais ações tendem a estar cada vez mais conjugadas de alguma forma com a educação (Pinzoh, 2004).

A EXPERIÊNCIA EM POÇO REDONDO

Conhecido em várias partes do Brasil como o sertão cenário do filme de Walter Salles, “Central do Brasil”, o município de Poço Redondo localiza-se na microrregião do Sertão do Rio São Francisco, no Estado de Sergipe, considerado, portanto, o maior município sergipano com 1.220 km² de área e uma população de 30.358 pessoas. Apresenta beleza paisagística, tradição histórica e cultural comprovada pela presença de valores fluviais, úmidos, grotas, serras, além de praias fluviais ao longo dos rios São Francisco e Jacaré. Como valores humanos, o município abriga uma comunidade remanescente de quilombo; uma significativa parte na trilha do cangaço do Nordeste brasileiro, destacando-se a grotta do Angico, local onde se deu a morte do cangaceiro Lampião e do seu bando. Poço Redondo, assim como grande parte da região semi-árida do Nordeste, é fortemente marcado por problemas ambientais como eventual ausência de chuvas, altos índices de desemprego, desnutrição, gravidez precoce, mão-de-obra infantil e falta de perspectiva de melhoria na qualidade de vida para as pessoas. A partir de 1997, o direcionamento do ensino público municipal em Poço Redondo começou priorizou a Educação Contextualizada para Convivência com o Semi-Árido, política de educação para o povo do Sertão Sergipano com base na realidade em que estão inseridos a escola, a comunidade, os alunos, os professores e as famílias que passaram a conhecer uma convivência com o semi-árido. O momento político foi importante, posto que o dirigente municipal à época, Frei Enoque Salvador, era simpatizante da experiência, onde trouxe o IRPAA para dar assessoria. Desde o ano de 1996, o Movimento Caminhada da Cidadania, composto por Frei Enoque, Aparecida Pontes, Raimundo Eliete, Dionísio Cruz, Edileusa Silva e Marcelio Bomfim, já iniciava sua luta em prol da Educação, pois se acenava para a implantação do Ensino Médio que até então não existia, e através de Frei Enoque, vigário da época, junto com a professora Aparecida Pontes, deu-se o início do Ensino Médio. Desta forma, a Educação para Convivência começa a ser implantada trazendo para os eixos norteadores – a formação dos professores no campo da graduação em 1996, posto que existiam no município 40 professores leigos e 25 do magistério médio, além de que 70% das escolas funcionavam em casas. O número de alunos reprovados em 1996 era de 26,80%, evadidos 32,97% e número de alunos 3.708. (Dados obtidos na Secretaria de Educação do Município de Poço Redondo). A proposta de educação priorizada pela Caminhada da Cidadania passou inicialmente pelo viés da formação, atendendo ao alarmante índice de que no ano de 1997 o município só tinha uma

professora graduada que ocupava a pasta da Secretaria de Educação. Partindo da premissa de que só se faz educação na perspectiva da formação continuada do professor, a administração resolveu implantar uma política de valorização dos docentes, contemplando com uma bolsa-ajuda os professores que pudessem fazer as graduações e planejassem uma política de educação enraizada na cultura do semi-árido, ao passo em que possibilitasse aos alunos o amor à terra e zelo pelo meio ambiente e a visão de futuro no desenvolvimento sustentável da região. No entanto, a vivência, a operacionalização da experiência foi acompanhada e extraída de relatos das assembléias de avaliação da Caminhada da Cidadania, a qual desenvolveu encontros de avaliação bimestralmente conduzida pela gestão municipal de Frei Enoque Salvador de Melo. Segundo o professor Raimundo Eliete Cavalcante, ambientalista, geógrafo e ex-missionário da Diocese de Própria, em entrevista: “os problemas educacionais encontrados em Poço Redondo eram oriundos de vários fatores: falta de planejamento estratégico dos gestores passados, em não priorizar a educação, desequilíbrio social, má distribuição de renda que obriga o aluno a deixar a escola para trabalhar e contribuir com a renda familiar, migração constante das famílias em busca de melhores condições de vida (São Paulo, Mato Grosso e outras capitais) no sonho de uma vida melhor”. A receptividade dos professores em relação à Educação para a Convivência foi, de certa forma conflituosa, posto que os direcionamentos nacionais de educação não contemplam a diversidade, e a transição no momento em que era oferecido esse novo olhar, colocando em alguns sentidos em xeque alguns preceitos de toda a bagagem de ensino formal que se tinha despertou em alguns professores uma certa relutância. Tal relutância foi dizimada com o desenvolver das capacitações. A partir dos Pilares da Educação foram eleitos eixos temáticos que integrados pudessem abranger a complexidade do pensar uma educação comprometida com a construção de um novo projeto social fundamentado nos princípios que envolvem as relações homem/mulher e natureza, cultura, trabalho e sociedade no conjunto amplo. Foi com base nessa lógica que os professores tiveram a compreensão de se apropriar das cartilhas do IRPAA e exemplos de diversas experiências, a exemplo de Curaçá-BA.

ESCOLA BOM JESUS DOS PASSOS

Na ocasião de um trabalho de capacitação com alunos e professores na área de produção radiofônica, dado que a pesquisadora possui formação em Comunicação Social, pode-se ter acesso à história e realidade daquela localidade. A arquitetura da escola já se configura como um ambiente diferenciado, posto que dentro da escola, pode-se encontrar conformações rochosas de pequeno porte, mas que em outras instâncias poderiam ter sido retiradas desta. Ao adentrar as salas de aula, pode-se ter acesso aos desenhos produzidos pelos alunos. Longe das macieiras propostas pelos livros didáticos nacionalmente distribuídos, ali via-se um recorte “da vista da janela”

de cada uma daquelas crianças. A rádio-escola, projeto de um dos professores, cuja construção foi feita pelos alunos, era composta basicamente de uma pequena cabine montada em uma das salas de aula, cuja saída eram duas caixas de som em dois locais diversos da escola. O pequeno acervo musical da rádio era composto em sua maioria por discos de Luís Gonzaga. Durante o período em que a autoria esteve em contato com a escola, teve-se acesso à nova grade escolar composta por ementas que traziam novas abordagens para o conteúdo formal. Dentre estas, noções de etnomatemática, cuja aula sob sua metodologia foi realizada na rua em frente à escola, em que os alunos realizavam operações matemáticas utilizando uma trena e a medir pedras e caules de plantas. A experiência contava com a atenção dos alunos e imprimia um clima de divertimento nesses. Todavia, em meio aos problemas de degradação ambiental e pelo processo de desertificação que sofre o município de Poço Redondo, a opção que a população escolar escolheu foi da Contextualização da Convivência com o Semi-Árido. A Secretaria de Educação Municipal mudou a sua grade curricular, calendário apropriado para período de plantio e da colheita, sem perder de vista as informações e orientações do IRPAA. No ano de 2004 o município já apresentava outro panorama: o número de professores aumentou para 262, 75% dos mesmos já com graduação e 6% com especialização. A rede de ensino municipal se estrutura com 8.199 alunos, aprovados 53,82, reprovados 23,10%. A partir desse panorama, a Secretaria Municipal de Educação se estruturou e elaborou coletivamente o Estatuto do Magistério, Plano de Cargos e Salários, restaurou e construiu 70% das escolas que funcionavam em casas de família e investiu no calendário escolar de acordo com o período de plantio e colheita da produção agrícola, proposta política pedagógica das escolas acena para a convivência com o SAB.

CONCLUSÃO

O alunado de Poço Redondo, o qual ontem e hoje sempre se apropriou dos fazeres do campo, principalmente no sertão onde as famílias dependem da mão-de-obra infantil, se apoderou das informações, conceitos, teorias e vivências que a escola iniciou com uma nova visão, trabalhando a interdisciplinaridade, dia de campo, aula com os pais, discussão com a comunidade sobre os temas a serem trabalhados na escola. Surge um novo amanhecer, onde traduziu para os alunos, principalmente na Escola Municipal Bom Jesus dos Passos, no Distrito de Sítios Novos, uma nova concepção de escola que está voltada para a vida, quebrando velhos paradigmas e trazendo para a sala de aula concepção de uma escola sem muro, caminhando na direção da lógica do saber fazer, na direção da cidadania. A nova concepção da escola vivida por estes alunos foi de transformar as tarefas de casa em pesquisa sobre a vida da comunidade, fazendo inventário da realidade, número de pessoas analfabetas,

plantas nativas em extinção, olhos d'água existentes, entre outros fenômenos da região. Falar de convivência com o semi-árido não é referir-se apenas ao estímulo à criação de gado, da cabra, à captação de água da chuva ou tecnologias apropriadas para a agricultura. Pode-se aferir que quanto ao ponto de partida para o segmento escolar, é a realidade a natureza do semi-árido. Por outro lado, observou-se a necessidade de ver impresso nos livros didáticos dos alunos o conhecimento real da região do semi-árido e aprender de forma mais digna a convivência. O resultado das ações de formação se concretizou na prática do coletivo, onde mesmo sem o gestor municipal atual incentivar e considerar a proposta de convivência, a região do Distrito de Sítios Novos assumiu até hoje a proposta tornando-se referência no Estado e contribuindo para agregar pequenas escolas do campo que se localizam nas proximidades de Sítio Novos, uma faixa aproximada de mais ou menos 75 professores que se reuniam mensalmente para discutir suas práticas e inovações, e levar além do município sua experiência, numa condição de que se produzem modos de se relacionar mais humanos, mais democráticos e mais justos. Um bom começo desta concepção de formação é assumir o exercício de pensar, e do fazer coletivo, onde acima de tudo se assim o for se estará. “Aprendendo e ensinando sempre” (Pinzoh, 2004).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARROYO, Miguel. Educação e pluralidade cultural: O semi-árido brasileiro Juazeiro-Ba. In: Seminário de Educação no contexto do semi-árido brasileiro. Relatório da I Semana de Educação do Estado da Bahia – Juazeiro-BA, 2000.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20/12/1996. DINIZ, Paulo César Oliveira. Ação e convivência com o semi-árido – articulação do semi-árido. ASA / IRPAA – BA, Cáritas – PI, MEB – PI, Mutirão Mulher e homem no nordeste – Juazeiro-BA, 2002.

CENPEC / Itaú Social / Unicef / Undime – Poço Redondo. Proposta educativa para o semi-árido. 1ª ed. São Paulo, 2005.

FALCÃO, Marluce Rocha. Experiência Educação no Contexto do Semi-Árido Sergipano - Poço Redondo. Monografia apresentada ao Programa de Pós Graduação em Consultoria Educacional como requisito para obtenção do título de Especialista na área de Consultoria Educacional (Universidade Tiradentes, 2005).

FREIRE, Paulo. Pedagogia de Autonomia - Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

LEFF, Enrique. Pensar la complejidad ambiental. In: _____. (coord.) *La complejidad ambiental*. Mexico: Siglo XXI, 2000a. p.07-53.

KUSTER, Ângela; **MATOS**, Beatriz. Educação no contexto do semi-árido brasileiro. Organizado por Fundação Konrad/Adenauer. Fortaleza-CE, 2004.

MORIN, Edgar. A inteligência da complexidade. 2ª ed. São Paulo: Petrópolis, 2000.

_____. O método 1 – A natureza da natureza. Porto Alegre-RS, Salina, 2002.

PINZOH. Josemar da Silva Martins. Educação no Brasil e a proposta de Educação Contextualizada. Resab, Juazeiro – BA, 2004.

RESAB. Refletindo a Educação no Semi-Árido Brasileiro – ousando e fazendo a diferença. Caderno Multidisciplinar. Educação e Contexto do Semi-Árido Brasileiro. Ano 01, nº 01 – maio 2006. Resab, Juazeiro-BA, 2006.

SCHISTEK, Haroldo; **MARTINS**, Josemar da Silva (Pinzoh). Ensino com pé na realidade. Texto impresso apresentado no Simpósio “Escola e Convivência com a Seca”, promovido pelo Projeto Nordeste, MEC / Bird / Undime / Unicef – Juazeiro-BA, 09 a 11 de setembro de 1998.

SOUZA, Ivânia P.F. & **REIS**. Educação para convivência com o semi-árido – Reencantando a educação a partir da Experiência de Canudos, Uauá e Curaçá. São Paulo, Petrópolis, 2003.

SOUZA, Ivânia P.F. Educação para convivência com o semi-árido – A complexidade dos processos educativos e um fazer coletivo. IRPAA – Juazeiro-BA, 200

